

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO ______, DE 2019 (Da Sra. Erika Kokay)

> Requer a realização de audiência pública para apresentação do balanço das atividades desenvolvidas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) nos últimos quatro anos.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para apresentação do balanço das atividades desenvolvidas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) nos últimos quatro anos.

JUSTIFICAÇÃO

O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) integra o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, conforme a Lei nº 12.847, sancionada no dia 2 de agosto de 2013 pela presidente Dilma Rousseff. É composto por 11 especialistas independentes (peritos), com acesso às instalações de privação de liberdade, como centros de detenção, estabelecimento penal, hospital psiquiátrico, abrigo de pessoa idosa, instituição socioeducativa ou centro militar de detenção disciplinar, para a averiguação das condições de atendimento em tais unidades, bem como de violações.

Em 2019, inúmeros e sistemáticos ataques foram dirigidos ao MNPCT. O Poder Executivo tem inviabilizado a ação dos peritos. Recentemente, foi publicado o Decreto nº 9.831/2019 que exonerou do cargo os peritos e as peritas, retirando-se assim seus salários e, por conseguinte, as condições de trabalho e de dedicação exclusiva e integral às atividades do órgão.

A instituição do órgão atende a compromisso internacional assumido pelo Estado brasileiro em 2007 com a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas — ONU. O presente Requerimento visa, assim, oportunizar a apresentação do balanço das atividades desenvolvidas pelo MNPCT nos últimos quatro anos, de modo a também discutirmos meios para o seu fortalecimento institucional, principalmente no cenário de violações de direitos que hoje se verifica no Brasil.

Diante do exposto, solicito apoio dos nobres pares para a aprovação do Requerimento.

Sala das Sessões, em de setembro de 2019.

Deputada ERIKA KOKAY- PT/DF